

Instituto de Menores Artesãos (1861-1865): informação, poder e exclusão no Segundo Reinado

Vanessa de Jesus Queiroz

Universidade de Brasília
Brasília - Distrito Federal - Brasil
vanessa_djq@hotmail.com

Resenha da Obra: BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. *Instituto de Menores Artesãos (1861-1865): informação, poder e exclusão no Segundo Reinado*. Curitiba: CRV, 2019.

Resultado de uma pesquisa de iniciação científica que se tornou tema de trabalho de conclusão de graduação, o livro é fruto da monografia de Douglas de Araújo Ramos Braga- graduado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), mestre em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (COC-FIOCRUZ) e atualmente doutorando em História pela Universidade de Brasília (UNB)¹.

Instituto de Menores Artesãos (1861-1865): informação, poder e exclusão no Segundo Reinado concede centralidade às noções de “criança”, “infância” e “menor”, numa análise que busca entender a experiência institucional do instituto de vida efêmera que exerceu profundo impacto sobre os indivíduos que para ela foram enviados- retirados das ruas ou mandados por familiares que não tinham condições de criá-los. O que eram crianças? O que eram menores? Como e porque eram inseridos junto a outras figuras – homens, mulheres, livres, escravos, imigrantes, africanos livres de diversas idades – nas chamadas “classes perigosas”? O que era ser criança, o que era infância? São algumas das perguntas que norteiam as reflexões do autor, que insere sua problemática no debate maior acerca das políticas públicas de controle e esquadramento social pelo Estado Imperial.

¹ O autor é ainda: especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela Escola de Formação Complementar do Exército e professor do Colégio Militar de Brasília.

Em torno do argumento de que houve a ultrapassagem arbitrária por parte do Estado Imperial, na condição de poder máximo que autorizava e regia o funcionamento da instituição, do objetivo de educar indivíduos sob a égide da valorização do trabalho para um futuro que ia além dos muros daquele instituto correcional, Douglas Braga divide sua obra em cinco capítulos, acrescidos de um interessante anexo contendo breve cronologia de políticas e instituições voltadas à infância no Brasil.

No primeiro capítulo, intitulado *Introdução*, Douglas Braga contextualiza a pesquisa que resultou no livro em questão, bem como explicita sua metodologia de trabalho e apresenta categorias fundamentais as suas reflexões, ressaltando autores com os quais dialoga. O autor explica que as categorias de “criança” e “infância” têm de ser consideradas como partes de um contexto maior, onde junto aos ideais de progresso, civilização e modernização, também ganham destaque as classes pobres, que eram tidas como problema social do Estado, principalmente na segunda metade do século XIX – momento em que a urbanização e o crescimento demográfico seguiam linha crescente e rápida. Autores como Phillippe Ariès (1981) e Peter Stearns (2006) são mencionados para a discussão referente ao oitocentos brasileiro como momento de consolidação de novas ideias acerca das categorias referidas. Douglas Braga enfatiza sua concordância com o pensamento que as considera como construções históricas e sociais, não conceitos dados *per se*.

Em consonância com autores como Adriana de Resende B. Vianna (1999), o conceito de “menor”, para o século XIX, é apresentado como nova categoria jurídica e social e alvo das ações do Estado. Assim sendo, foi questão central para formulação de políticas públicas de intervenção e controle social do período. Nesta parte do livro, aparecem debates acerca da importância de trabalhar o conceito de “informação” sob uma perspectiva histórica, afinal “a informação já tinha uma importância estratégica para a realização de políticas institucionais do Estado em uma cidade escravista, que se queria moderna” (BRAGA, 2019, p. 16).

Evocando Peter Burke (1995), Douglas Braga afirma o valor para o trabalho histórico da consideração do escopo informacional produzido em âmbito institucional. Dos modos de produção aos modos de silenciamento e divulgação de informações, o historiador encontra rico campo para estudar fenômenos sociais dos mais diversos. As informações produzidas no âmbito do Instituto de Menores Artesãos (nos livros de matrícula, por exemplo) permitem perceber facetas do objetivo maior – que envolvia

diversos saberes e poderes, como a medicina e a polícia –, de esquadramento populacional pelo Estado Imperial.

No segundo capítulo, *A criança e a ideia de infância – história e historiografia*, é feito um breve panorama historiográfico acerca das ideias de “criança” e “infância”. O autor apresenta obras nacionais e estrangeiras que abordam as questões centrais já referidas. Alguns pontos tratados nesta parte são: diferenciação de aspectos naturais e históricos das categorias “criança” e “infância”; importância e transformações das noções e relações de “família”, “escola”, “adulto”; a separação das crianças por idades e classes; taxas de natalidade e mortalidade relacionadas a transformações nas concepções de ligações emocionais, dentre outros pontos que demonstram diferentes representações da infância, da criança e da juventude ao longo dos séculos (ao menos desde o medievo). Douglas Braga explica que considera como diferentes os conceitos de “criança” e “menor” e fornece algumas breves palavras, ainda que tal tema não seja objeto focal do livro, sobre as crianças escravas no Brasil do XIX e alguns anos antes.

Em *Informação e controle social no Rio de Janeiro oitocentista*, terceiro capítulo do livro, o historiador analisa relações entre transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro do século XIX e o surgimento das ditas “classes perigosas”. O papel da informação como instrumento imprescindível para as medidas de controle social implementadas pelo Estado Imperial ganha, também, centralidade nesta parte do livro. A partir de uma extensa bibliografia – Michel Foucault (sobretudo com o conceito de “sociedade disciplinar”), Michele Perrot, Irene Rizinni, Luiza Ribamar de Carvalho, Alessandra F. Martinez de Schueler, Peter Stearns, Adriana de Resende Vianna, Icléia Thiesen, dentre outros –, Douglas Braga percorre um caminho que compara processos de industrialização e modernização ocorridos na Europa e no Brasil do século XIX, bem observando como categorias a exemplo de “menor”, “indivíduo” e “crime” estavam também em movimento.

No Brasil do século XIX, o “menor”, junto aos vadios, bêbados e loucos, é inserido pelas elites nas chamadas “classes perigosas”, que punham em risco a visão do Estado Imperial Brasileiro, que almejava consolidar a nação brasileira daquele momento como moderna e civilizada. Transformações tecnológicas eram acompanhadas por transformações econômicas, socioculturais e políticas. A concepção de “menor” e seus estatutos acompanhavam as mudanças na dinâmica social, enquanto a educação disciplinar primária comandada pelo Estado era uma das políticas centrais de governança.

Compactuavam com o intuito do Estado Imperial outras elites profissionais, a exemplo de médicos e juristas. Polícia, escola, prisão e outras instituições são pensadas como instrumentos de manutenção da ordem social, a partir do controle e exclusão – da sociedade, da família e de outros espaços –, das classes perigosas. Além da punição e recuperação dos membros pertencentes a tais grupos, as mencionadas instituições e profissionais, a serviço do Estado e também de seus próprios anseios por lugar exclusivo e autorizado de atuação, preconizavam a prevenção contra a degeneração moral.

Em parte, substancial do capítulo aparecem importantes discussões sobre papel e essencialidade de um “sistema de informações”, conceito que Braga toma de empréstimo de Icléia Thiesen (2006), para manutenção da ordem desejada por elites imperiais, sobretudo o Estado. Produzir informação sobre um indivíduo era forma para melhor conhecê-lo e dominá-lo. Trata-se de uma relação direta entre saber e poder. A centralidade dos discursos médicos higienistas, a relação entre progresso, modernização, doença e desordem, informações sobre a Casa de Correção da Corte, o Asilo de Meninos Desvalidos e outras instituições que tinham o trabalho como princípio fundamental do controle e da ordem, também são tópicos abordados no longo capítulo, que bem demonstra que a ideologia do trabalho era, além de estratégia de controle dos menores e demais integrantes das classes perigosas, forma de afirmação da autoridade do Estado acima da própria família, bem como maneira de disciplinarização das classes populares a partir da educação de suas crianças.

O capítulo 4, *O Instituto de Menores Artesãos (1861-1865) e a constituição de um sistema de informações*, é o mais específico e relacionado diretamente à temática central – a existência do Instituto de Menores Artesão como instituição a serviço do Estado. Douglas Braga refere-se a tal ambiente correcional como a primeira instituição não-militar fundada na Corte com objetivo de recepção de menores e sua futura reinserção na sociedade como força de trabalho. Partindo da concepção de que nenhuma instituição surge do nada, o autor aponta a criação do Instituto como resposta à demanda, premente no século XIX, de criação de novos locais para recebimento de menores vistos como ameaças sociais em potencial. O grande propósito era corrigi-los e torna-los hábeis ao trabalho, logo úteis à sociedade. O objetivo relacionava-se, dentre outras motivações, à abolição do tráfico em 1850 e consequente urgência por mão-de-obra qualificada.

Ao longo do capítulo, o historiador nos conta sobre a estrutura e o funcionamento do Instituto, conceitualmente abordado como “instituição total”. Quanto à sua estrutura física, Douglas Braga nos conta que é possível observar alguns princípios do panóptico

de Bentham: vigilância constante, internalização a valorização do trabalho, disciplina, religião, correção pelo trabalho, limpeza e manutenção da saúde faziam parte dos objetivos firmados para a instituição. O autor nos fala, ainda, sobre o regime de funcionamento que, em teoria, contava com separação de menores por sexo, idade, classes comportamentais e outros tipos de classificação. Explica, também, sobre a alimentação regrada, finalidade e vagas disponíveis, a disposição e hierarquia de internos e funcionários, além de outros aspectos regulatórios, a exemplo da proibição de castigos físicos, das idades e formas de admissão definidas pelo Decreto n. 2745 de 13 de fevereiro de 1861. O capítulo nos informa, ainda, que existia a possibilidade de que menores fossem devolvidos aos pais e tutores ou encaminhados como força de trabalho às forças militares e outras instituições imperiais ou a particulares.

Ainda no quarto capítulo são preconizadas as dificuldades de administração do Instituto. Segundo Douglas Braga, uma consistente evidência do problema eram os livros de matrícula preenchidos de maneira incompleta, o que demonstrava, além das referidas dificuldades, que a informação sobre os internos era fundamental para o controle dos menores, inclusive para casos de fuga e recaptura. Utilizando-se sobretudo de relatórios produzidos pelo diretor da instituição, o autor discute o funcionamento da mesma relacionando-o à produção sistemática de informações sobre os menores ali matriculados. Além disso, pondera sobre a circulação destes informes produzidos entre diversas instituições imperiais, a exemplo do Ministério da Marinha, do Ministério da Justiça e da Polícia. Os percalços da instituição também apareciam na grande imprensa. Problemas internos da instituição – que iam desde fugas e rebeldias até assassinatos – figuravam nas notícias diárias da Corte. Ponto central defendido por Douglas Braga é que os relatórios, que não raras vezes ressaltavam a necessidade de separação entre menores corrigíveis e incorrigíveis, produziam uma identidade social específica ao menor, um tipo de estigma (e aqui o autor se baliza nas perspectivas de Goffman – 1987 e Maria Julia Goldwasser – 1985) que ultrapassava o âmbito do Instituto de Menores Artesãos, perpassando pelas diversas administrações imperiais.

O autor apresenta documentação que evidencia que a despeito das diversas intempéries enfrentadas pelo Instituto, em seus primeiros anos de vida este recebia constantes pedidos de admissão por parte de pais esperançosos de que os filhos aprendessem a trabalhar e pudessem tirar a família da miséria em que se encontravam. Tal panorama foi substancialmente alterado com a chegada da Guerra do Paraguai, onde as dificuldades de contingente fizeram emergir a política de recrutamento forçado e esses

menores, que não só em épocas de guerra poderiam ser encaminhados à Marinha e outras instituições, foram vistos como braços de auxílio da nação em sítio, muitos deles de fato enviados ao Cone Sul. Além da Guerra, os problemas administrativos habituais e a disparidade entre altas despesas e resultados efetivos resultaram na extinção do órgão em 1865.

Como colaborações principais do capítulo e do livro, notam-se dois apontamentos. O primeiro é o de que, diferente do que sugere parte da historiografia tradicional, foi o Instituto de Menores Artesãos (1861) e não o Asilo dos Meninos Desvalidos (1875), a primeira instituição não militar diretamente ligada ao Estado a receber menores tidos como ameaça em potencial. O segundo evidencia discrepâncias entre o objetivo do Instituto no papel e na prática. Muitos dos menores eram vistos como incorrigíveis, muitos não foram devolvidos ao seio de suas famílias e grande parte, antes de ser educada pelo viés do trabalho, foi enviada aos campos da Guerra, despreparada e sujeita aos perigos do campo de batalha.

Como partes derradeiras do livro, encontramos uma brevíssima conclusão – onde o autor reafirma seus principais argumentos e reflete sobre possibilidade e necessidade da continuidade de pesquisa sobre o tema trabalhado, e um anexo que resume de forma sucinta a cronologia de políticas e instituições voltadas à infância no Brasil (1734-1990). O livro de Douglas Braga carrega, dentre outros, o mérito de ser um trabalho inicial que além de destacar interessante temática de pesquisa, aponta questões e caminhos para prosseguir-la. O autor bem demonstra que o Instituto de Menores Artesãos, a despeito de sua existência relativamente efêmera, produziu um sistema de informações que nos permite inseri-lo no arsenal das ações postas em prática pelo Estado Imperial com objetivo de controle social, a partir do esquadramento da sociedade. Nas análises do historiador, a categoria de “menor” foi alvo específico do olhar definidor das políticas estatais.

Os argumentos do autor chamam atenção para a necessidade de cuidado no tratamento de categorias como “infância”, “menor” e, em última instância, “Estado” e “classes perigosas”. Tais conceitos devem ser vistos como categorias diretamente ligadas às dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas dos contextos nos quais eram construídas, e também ajudavam a construir. A questão da infância no século XIX brasileiro, como tratada por Douglas Braga, é interessante para a constatação de que as definições legais, morais e culturais sobre o assunto “infância” não apenas definiam seus alvos mais imediatos – crianças, menores –, mas definiam também ações estatais que

evidenciavam uma sociedade hierarquizada para além das categorias de adulto e criança. A riqueza e a pobreza eram também atributos fundamentais para as definições de perigo e lugar social. Além do Estado, médicos, juristas, professores, jornalistas, famílias e outras figuras apareciam nos amplos debates que envolviam infância, informação, controle social e outras facetas do problema.

As questões levantadas na obra de Douglas Braga retomam, sob um outro olhar – semelhante, porém não igual –, interessantes reflexões já propostas por obras clássicas, a exemplo de Roberto Machado *et al* no livro *Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* (1978)², em que os autores bem discutem a medicina social como parte resultante e atuante na rede de poderes e saberes que buscavam disciplinar a sociedade brasileira do século XIX a partir da hierarquização e normatização de indivíduos e espaços (a exemplo da escola, da prisão e do próprio hospital). A bibliografia utilizada se movimenta entre livros mais antigos e mais recentes, o que colabora para a realização de uma das contribuições mais importantes do trabalho historiográfico que é a retomada, revisão e incremento de posicionamentos consolidados ou não, que circulam sobre as temáticas propostas.

Por fim, merece destaque a forma pela qual o autor considera a informação como conceito histórico que necessita de ser contextualizado por significar várias coisas diferentes. “Sistema de informações” nos dias de hoje e no século XIX indicam coisas diversas. Toda informação é produzida por pessoas com intuítos específicos, bem como circula e costuma ser recebida de maneiras variadas. Analisar esses processos é rico caminho para compreender lógicas de funcionamento social. Contudo, existem limites, sobretudo quando pensamos que as principais fontes utilizadas pelo autor eram documentos escritos. Com alguma concisão, exemplos de tais limites são ressaltados por Douglas Braga ao longo do livro, a exemplo da explicação (p. 19) de que as informações sobre as crianças eram produzidas por olhares adultos.

Mais do que uma boa descrição da primeira instituição imperial não militar a receber crianças com objetivo correccional pelas vias do trabalho, *Instituto de Menores Artesãos (1861-1865): informação, poder e exclusão no Segundo Reinado* é uma leitura que fornece importantes apontamentos iniciais de uma questão cuja trajetória histórica é ainda importante e não resolvida nos dias atuais. Trata-se de pensar como o Estado

² MACHADO, R., et al. *Danação da Norma: medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1978.

formula e administra as ações voltadas ao tratamento de crianças pobres e abandonadas. Além disso, como e porque essas figuras recebem determinado lugar social.

SOBRE A AUTORA

Vanessa de Jesus Queiroz é doutoranda em História pela Universidade de Brasília (UnB); bolsista de Doutorado do CNPq.

Recebido em 16/05/2019

Aceito em 04/11/2019